

ATA Nº 1.327/2023

Às dezoito horas do dia onze de dezembro do ano de dois mil e vinte três, reuniu-se em Sessão Ordinária o Poder Legislativo de Selbach, sito ao Largo Adolfo Albino Werlang 14, nesta cidade de Selbach/RS, sob a presidência do Vereador Juliano Hammes, tendo contado com a presença dos seguintes Vereadores: Pelo PP: Juliano Hammes, Rudi Seger, Teresinha Prediger Braun e Claudiomir Batista Alves da Cruz. Pelo MDB: Roberto Guareschi, Dóris Marchiela Schneider, Arlei Willig e Reges Geller. Pelo PL: Adriano Luís Schwade. Havendo número legal e invocando a proteção de Deus o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão, e colocou em discussão a ata anterior sob nº 1.326/2023 ordinária. Ninguém se manifestando contra, posta em votação, foi aprovada por unanimidade de votos. Ato contínuo, passou-se às correspondências expedidas e recebidas, concluída a leitura das mesmas, não havendo Oradores Inscritos, passou-se ao expediente do Executivo, quando foi feito a leitura do **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 067/2023**: Orça a receita e fixa a Despesa do Município de Selbach-RS, para o Exercício de 2024 e, dá outras providências. Concluída a leitura do mesmo, o qual já havia dado entrada nesta casa no dia 30 de novembro de 2023, posto em discussão, por acordo das três bancadas o projeto permanece em mesa até a próxima sessão. Continuando foi feito a leitura do **PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 068/2023**: Dispõe sobre o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU para o exercício de 2024, alterando as TABELAS que tratam da PLANTA GENÉRICA DE VALORES, referidas nas Leis Municipais nº 3.437/2019, 3.508/2020, 3.589/2021 e 3.708/2022, e dá outras providências. Concluída a leitura do mesmo, posto em discussão, usou da palavra o Presidente, Vereador Juliano, disse que a exemplo de todos os anos se faz necessário esse projeto que visa a alteração da tabela de valores dos imóveis para cálculo do IPTU, dizendo que o acréscimo é somente a inflação do período que é de 4,82%. Se manifestando o Vereador Rudi, disse que é necessário esse projeto e não há muito o que discutir, caso não acontecesse assim, seria renúncia de receita, e que o aumento é de acordo com IPCA. Ninguém mais querendo se manifestar, posto em votação, acompanhado do Parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas o referido projeto foi aprovado por unanimidade de votos. Prosseguindo foi feito a leitura do **PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 069/2023**: Dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público de Motorista/Operador de Máquinas e dá outras providências. Concluída a leitura do mesmo, ninguém se manifestando contra, posto em votação acompanhado do Parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas o referido projeto foi aprovado por unanimidade de votos. Ato contínuo foi feito a leitura do **PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 070/2023**: Autoriza o Poder Executivo Municipal de Selbach/RS celebrar Convênio com a Associação das Damas de Caridade mantenedora do Hospital São Vicente de Paulo para a realização de Cirurgias Eletivas Traumatologia-Ortopedia para pacientes do Sistema Único de Saúde residentes no Município de Selbach - RS e dá outras providências. Concluída a leitura do mesmo, posto em discussão, usou da palavra o Presidente, Vereador Juliano, disse que esse projeto tem como objetivo firmar

Convênio com a Associação das Damas de Caridade mantenedora do Hospital São Vicente de Paulo para a realização de Cirurgias Eletivas Traumato-Ortopedia para pacientes do Sistema Único de Saúde residentes no Município de Selbach – RS, com a finalidade de beneficiar toda a Comunidade Selbachense com os serviços realizados pela Associação, dizendo que vai agilizar os procedimentos. Se manifestando o Vereador Rudi, disse que esse convênio é significativo para Selbach, uma vez que visa beneficiar e agilizar os pacientes encaminhados pelo SUS para procedimentos cirúrgicos em ombros, quadril, mão, joelho e coluna. Se manifestando o Vereador Claudiomir, disse ser muito importante esse convênio, uma vez que hoje Selbach tem na espera 28 pacientes para esses procedimentos, dizendo que o SUS só em si é demorado e paga pouco, mas agora com esse convênio com certeza vai agilizar e beneficiar as pessoas que estão aguardando por procedimentos. Ninguém mais querendo se manifestar, posto em votação, acompanhado do Parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas o referido projeto foi aprovado por unanimidade de votos. Não havendo mais expediente do Executivo, nem expediente do Legislativo, passou-se às explicações pessoais. Fazendo uso da palavra o **Vereador Adriano**. Inicialmente parabenizou a colega Rosângela pelo belo trabalho desempenhado nessa casa nesses dois meses que ocupou essa cadeira, dizendo que vai continuar abordando o assunto sobre o aumento do ICMS no RS, sendo que tivemos aprovado nessa casa a moção de repúdio apresentada pela vereadora Rosângela. Tivemos a lamentável notícia de que a FAMURS tem indicado apoio ao aumento de ICMS. Para quem não sabe, FAMURS significa a Federação das Associações dos Municípios do RS, e isso quer dizer que a maioria dos prefeitos do nosso estado estão a favor desse projeto, claro, com mais impostos os municípios também irão receber mais recursos e por isso, esse interesse no aumento, mas pergunto, os prefeitos e nós vereadores, nós somos os representantes do povo? O empreendedor do nosso estado, aquele que de fato gera renda e emprego e que já está no seu limite da carga tributária está aceitando esse aumento de tributos? É claro que não. Isso é um tiro no peito dos empreendedores do nosso estado. O RS, nas últimas décadas, tem sido o estado espantador de empresas, quantas e quantas empresas deixaram o RS e migraram para outros estados? Nós já estamos numa crise ética, moral e econômica e mais essa carga tributária vai ser o golpe de misericórdia no psicológico dos empreendedores do nosso estado. Então cabe a nós vereadores e prefeitos que estamos aqui na ponta, repassar para nossos deputados os anseios reais do povo, e não nossos interesses próprios, porque o prefeito ou vereador que está realmente a favor deste projeto, não é representante do povo, é representante dos seus interesses próprios. Então eu peço para a população em geral, cobre do seu vereador, cobre do seu prefeito uma posição e que ele se posicione abertamente, porque é só sobre pressão que nós vamos conseguir derrubar esse projeto. Quem vota são os deputados, mas quem define o voto deles somos nós, o povo. Nós temos que cobrar os nossos deputados para eles definir o seu voto contra esse projeto, eu peço mais uma vez, pressione o seu vereador, pressione o seu prefeito para que a sua voz chegue até esse deputado, e assim você verá também se realmente ele te representa, a hora é agora, porque depois que for aprovado, nos resta apenas pagar e aceitar. Continuando se manifestou o **Vereador Rudi**. Inicialmente

disse gostaria de falar sobre a importância que a Administração Pública tem, a prefeitura no caso, no incentivo ao desenvolvimento do município em todos os setores, disse ter falado hoje com o vice prefeito Claudiomiro Vergutz, e ele me disse que hoje três patrôas estariam andando nas estradas do interior trabalhando, as demais máquinas também, inclusive a retroescavadeira nova também, apesar das chuvas logo logo as estradas estarão em boas condições, mas eu diria, incentivem todos os setores, nós sabemos os diversos recapeamentos asfálticos em processos, em processos de iniciar as obras, certamente no início do ano que vem, temos um projeto de habitação em andamento, se não é o suficiente, mas estamos caminhando, mas senhores vereadores, existe um setor, o setor do comércio que me parece que encontra alguns empecilhos, algumas dificuldades e dentro destas dificuldades está a de construção em função de lei, mais especificamente no sentido de construção de avanço das casas de comércio. Qual seria então a solução? A solução naturalmente é via legal, é fazer uma lei. Eu sei que mexer no plano diretor, e isso passaria pelo plano diretor, mexer em todo ele, fazer todo ele é um procedimento bastante complexo, e se não dá para atualiza-lo no todo, no momento então que se faça uma lei que redefina os zoneamento dando maior atenção na intensidade de maior comércio, onde tem o maior comércio. Naturalmente, contemplar 100% da cidade é impossível, não tem como fazer isso, mas eu acho que 50% é pouco hoje conforme a nossa cidade se delineou e em cima disso também o nosso comércio. Seria pouco, eu acho que teria que avançar entre 65, 70 e 75 %, uma coisa a estudar, porque é uma coisa administrativa, de resolução administrativa e seria importante que se fizesse sim, porque tem algumas empresas que gostariam de fazer um avanço no seu prédio, fazer maior, crescer e não conseguem em função da lei, e a lei tem que ser cumprida. Então, senhor presidente, eu peço de forma verbal que a administração estude uma lei que posicione melhor, que favoreça essas empresas que tentam aumentar o seu comércio. Prosseguindo se manifestou o **Vereador Arlei**. Inicialmente disse solicitar novamente para o executivo dar uma atenção no acesso secundário, aquele que liga ao campo da SASE, que há vários buracos naquele asfalto, ao menos que façam um tapa buraco, já tinha falado na outra sessão, mas em função da chuva deu bastante buraco e está ruim o trânsito. Então ao menos que se faça esse tapa buraco para melhorar a trafegabilidade daquele local. Também parabenizar a todas as equipes que competiram no campeonato municipal de campo e dizer que já ocorreu a primeira final no sábado, então parabenizar que não houve nenhuma briga dos jogadores, que foi só um esporte, e convidar o pessoal, a comunidade para prestigiar no outro sábado a final em Santa Terezinha, que vai ser mais duas finais emocionantes entre aspirantes e principal, e que vença o melhor dentro de campo. Ato contínuo se manifestou o Presidente, **Vereador Juliano**. Inicialmente disse fazer alguns comentários referentes a sessão, acho que é importante colocar. Como o vereador Adriano colocou, a questão do aumento do ICMS no RS. Eu estive presente na reunião da FAMURS como ouvinte, e digo que acho que estamos atrasados na questão da cobrança, porque a origem do problema não é só no RS, mas uma reforma tributária que está sendo implementada, ou está em vias de ser implementada e que foi pouco discutida, e pouco analisada pelos deputados, pelo senado, e por quem caberia. Porque o que a gente percebe hoje na guerra fiscal, já que se comenta que o governador colocou, não que eu

esteja defendendo o aumento, em nenhum momento, mas assim se prevê que nos próximos 5 anos vá se ver a participação de cada estado na arrecadação para que se use a distribuição da renda, com base no imposto, os novos impostos que vão substituir o ICMS, que vão substituir o ISSQN, e aí que fica a questão, todo o nordeste aumentou as alíquotas já para tentar aumentar a sua participação e tentar arrancar um pouco mais de imposto. Então a origem já começa ali, numa reforma que deveria ser mais bem discutida, disse que essa semana ouviu que a bancada gaúcha se reuniu com o relator da reforma, tentando tirar esse item da reforma, para que seja feita uma outra forma de rateio, e não como foi sugerido com essa questão de proporcionalidade, assim como o ICMS, o imposto, ele deixa de ser cedido para o estado que gera, no caso, nós somos um estado produtor, industrial que gera muito imposto hoje, tributos e arrecadação para o estado, ele vai passar a ser ao estado que compra. Ou seja, um exemplo, o nordeste vai comprar mais e nós vamos de repente perder um pouco mais de arrecadação. Então esses são alguns pontos que deveriam ser melhor discutidos, eu vejo alguns líderes das bancadas brigando para que esses itens sejam alterados na reforma tributária que se tem hoje, mas de novo, o povo acaba pagando a conta, é uma questão de que o estado tem uma previsão de que reduzir a arrecadação, através da redução de alíquota que já teve em cima da energia elétrica e outros setores e o que deve acontecer, ou vai se aumentado provavelmente o ICMS ou a alíquota ou vai se perder algum benefício de alguma outra área para o governo estadual compensar. E tem outro ponto que também já tento alertar os deputados, com quem a gente tem contato, que é o diferencial de alíquota, para quem é empresário sabe que as vezes tem que comprar produtos que não são fabricados no estado, que vem de fora do estado, que há dois anos caiu fora, abaixo de 6% não precisa pagar, se aqui for passar a 19,5, o que vai acontecer, o comerciante que compra essas mercadorias e que vai ter que recolher em cima disso 7,5% que hoje não tem mais nada, e são 7,5%. Então que os deputados briguem também para que o consumidor, empresário, a população gaúcha tenha o atendimento que merece do poder público e a consideração para que esta conta não caia sempre no consumidor, nos menores. Então que seja discutido e que seja analisado alternativas, e que seja cobrado uma alteração também nessa reforma que hoje está sendo prevista. Reportando-se ao vereador Rudi que comentou a questão sobre plano diretor, disse que como também atua diretamente com regularização de obras, conversa bastante com o setor de engenharia e vê que isso é uma necessidade para o nosso município. Nós precisamos ver a questão do plano diretor pelo crescimento que Selbach está tendo, oportunidades de crescimento, e sim a necessidade de revermos e deixarmos uma lei transparente que permita com que Selbach cresça da melhor forma possível, claro, prevendo também o respeito que nós temos hoje, nossa cidade é uma cidade bonita, florida, com jardins, que isso também permaneça. Então é importante que isso seja discutido e tá na hora de avaliarmos essa possibilidade para que Selbach possa crescer ainda mais, a gente rever e fazer melhorias nesse sentido. Sobre o acesso secundário da SASE, vereador Willig comentou, eu já havia também falado com o secretário Gilson, na semana passada estava previsto para fazer, mas em função de chuvas, não conseguiu comprar o asfalto para que seja feita essa operação tapa buracos, deve estar acontecendo de repente esta semana ou nos próximos dias. Mas sim, se faz

necessário pela situação que se encontra. Isso também, a gente aguardava a aprovação de projetos que estão hoje com o governo estadual para que todo aquele acesso fosse recuperado, mas provavelmente isso se vier acontecer é no ano que vem, a gente espera que aconteça, temos que fazer um investimento para melhorar esta situação. Quero parabenizar ao município pelo evento que foi feito no Natal, o Grupo Tholl, um evento que foi uma parte de verba aprovada por esta casa, que veio do governo do estado para fazer uma bela apresentação, onde a gente pode ver o módulo lotado, com a população selbachense e região em peso para prestigiar esse evento e hoje temos também aqui na praça o evento da apresentação das escolinhas e depois a Banda Metais em Festa que vai estar animando a noite. Parabenizar a comunidade de São Pascoal pela Bela Festa que foi realizada também no dia de ontem, e por último falar também da questão da saúde, aprovamos mais um projeto hoje e quero também parabenizar a iniciativa do executivo em fazer esse convênio para tentar agilizar mais os atendimentos da saúde, e quero dizer que de minha parte, quando precisei de atendimento da saúde, sempre fui bem atendido, quero parabenizar a todos aqueles que hoje trabalham na saúde e que prestam esse serviço à comunidade, acho que na medida do possível, dentro das limitações que se tem, nós tentamos fazer o melhor, e acredito que os profissionais que hoje atuam lá também tentam fazer da melhor forma possível e que sigamos assim, tentando fazer melhorias para o nosso município, quanto mais conseguirmos, melhor para a nossa comunidade. Continuando disse que a sessão prevista para o dia 25, que é Natal, vamos antecipá-la para o dia 21, às 19 horas, na quinta-feira. Não havendo mais outros assuntos a serem tratados, o Presidente agradeceu a presença de todos, e declarou por encerrada a presente sessão, e ordenou que eu, Valdecir Raber, lavrasse a presente ata, a qual após lida e achada conforme, vai assinada pelos Vereadores presentes.